

Arquivo em cena: “im-pressões” de leitura sobre o tema

*Lucília Maria Sousa Romão**
*Fernanda Correa Silveira Galli***
*Ane Ribeiro Patti****

Resumo

No presente artigo apresentamos uma discussão teórica a respeito da noção de arquivo, a partir de leituras que tratam – direta ou indiretamente – da questão, mais especificamente obras de autores como Derrida, Foucault, Pêcheux, Freud e Lacan. Considerando a abordagem bastante peculiar de cada um deles, destacamos que nossa proposta configura-se de modo a contemplar os pontos de contato no tratamento dado pelos autores sobre a noção de arquivo. Nos interstícios dessa tentativa de aproximação – sem deixar de lado os tangenciamentos –, trazemos nossas “im-pressões” (marcas, inscrições, incisões) de leitura sobre o arquivo, com a linguagem e sua materialidade discursiva como fio condutor dessa discussão. Com o arquivo em (dis)curso, pinçamos indícios de sua movência, de sua condição de existência: a marca-mestre do arquivo é suportar traços do pas-

sado e a possibilidade de um porvir, na constante tensão da contradição histórica que se constitui no movimento de eleger/apagar sentidos, eternizar/silenciar outros – um bem e um mal de arquivo em cena.

Palavras-chave: Análise do discurso. Arquivo. Memória.

Cada eco leva/ Uma voz / Adiante/ Decanta
em cada canto /Um instante/ De dentro do
segundo/ Seguinte/ Que só por um momento/
Será/ Antes

Arnaldo Antunes

* Professora Doutora do Programa de Pós-graduação em Psicologia da FFCLRP/USP. Bolsista CNPq e Fapesp.

** Pós-doutoranda na FFCLRP/USP. Bolsista Fapesp.

*** Professora Ms. do Programa de Pós-graduação (especialização e extensão) da Unifran.

Introdução: vários autores revisitados

Nosso objetivo, neste artigo, é apresentar uma discussão – de natureza teórica – sobre o conceito de arquivo. Para tanto, nos detemos na leitura de obras que tratam dessa noção, mais especificamente de autores como Derrida, Foucault, Pêcheux, Freud e Lacan, sem seguir necessariamente essa ordem, mas promovendo um diálogo entre eles, nos intervalos do que disseram e teorizaram. Levando em consideração a abordagem bastante peculiar de cada um, destacamos que nossa proposta configura-se de modo a contemplar os pontos de contato entre o tratamento dado pelos autores sobre a noção de arquivo. É, então, nos interstícios dessa tentativa de aproximação – sem deixar de lado os tangenciamentos – que trazemos nossas “impressões”¹ de leitura a respeito do arquivo. Apresentamos, de antemão, a indicação de que o nosso passeio não será em linha reta, mas em espiral, girando em torno da palavra arquivo e produzindo gestos de leitura e de escritura que nos causaram a pensar e dizer.

Uma entrada no arquivo: efeitos de começo e comando

Para dar início às reflexões, partimos do excerto: “Há sempre mais que um – e mais ou menos que dois. Tanto na ordem do começo, como na ordem do comando”

(DERRIDA, 2001, p. 12). Embora a designação *arkhê* aponte para um começo e para um comando, tais princípios parecem ser muitas vezes da ordem da ilusão, da impossibilidade, como complementa Derrida: “Tudo seria simples se houvesse um princípio ou dois princípios” (p. 11). A condição do arquivo, muito além de um retorno à origem, uma lembrança, uma memória, pode ser pensada como “operação topográfica de uma técnica de consignação, constituição de uma instância e de um *lugar de autoridade* (o arconte, o *arkheion*...)” (p. 8).

O *arkhê* designa esse princípio da natureza, um começo, um caos (*phusis*); e o princípio da lei, comando, é que vem labutar, delimitar com a lei, em acordos, que implicam o que deve/pode ou não ser por ela legitimado. Portanto, ordem do político, do cultural (DERRIDA, 2001). Desde Freud (1891), há uma marcada diferença entre representação-palavra e representação-objeto que instaura uma hiância (real) e que possibilita a organização simbólica e as construções e desconstruções históricas; um mesmo significante se reveste de vários significados, o não-colamento entre objeto e representações.² O arquivo cresce justamente incorporando representações do saber sobre os objetos, mas “jamais se poderá objetivá-lo sem um resto” (DERRIDA, 2001, p. 88), o que nos permite pensar o arquivo como um “penhor do futuro” (p. 31).

Também Lacan refletiu sobre a questão de um simbólico criando um real, um “há” que se constitui conjuntamente com

um “não há” (DIDIER-WEILL, 1998), que fica faltando desde o começo e que sabemos dele por retroação na cadeia significativa,³ sendo o referente descrito como o lugar do impossível de designar:

Talvez o *im Anfang war die Tat*, como diz o outro, esse agir que era tudo no começo, seja exatamente a mesma coisa que dizer *na arque, no começo, era o verbo* (LACAN, 1971 [2009, p. 45]).

Indagamos se o *arque* a que os dois autores se referem é o mesmo e pontuamos que, para Lacan, a linguagem é a base de todos os inícios, algo que precede a entrada do sujeito no mundo simbólico, visto que ele é falado por Outro⁴ antes que tome a palavra. Nesse sentido, o verbo é o que garante “uma presença no para-além-do-véu”, algo que funciona como condição para a existência dos arquivos, dos sujeitos, dos discursos nos seguintes termos: “para que a própria questão venha à luz, é preciso que haja linguagem” (LACAN, 1957 [1998, p. 529]). Tal assertiva implica não considerar o sentido *a priori*, como dado em estado de congelamento, mas na retroação, no fluxo de um permanente retorno a significantes já postos em discurso anteriormente.

O significante. Isso a que se refere o discurso nesse momento, quando há discurso – e parece que não podemos escapar disso, do que é discurso –, esse significante pode muito bem ser o único suporte de alguma coisa. Por sua natureza, ele evoca um referente. Só que não pode ser o certo. É por essa razão que o referente é sempre real, porque é impossível de designar. Mediante o que só resta construí-lo. E nós o construímos, quando podemos (LACAN, 1971 [2009, p. 43]).

Ainda sobre esse movimento, destacamos que o arquivo constitui-se nessa tessitura de dizeres sobre e sob dizeres, de ordens de entroncamento e imbricação fundadas pela linguagem já que “nenhuma significação se sustenta a não ser na remissão a uma outra significação” (LACAN, 1957 [1998, p. 501]). Assim, pela linguagem, o arquivo é tecido e inscreve tessituras em seu corpo que necessita de um lugar para se construir (operação topográfica) e para se organizar (operação de linguagem). Esse processo envolve, ainda, a “técnica de consignação”, ou seja, o princípio de reunião, organização e exclusão de dados, o que para nós é indício de que ao ato de inscrever corresponde o de apagar, ao movimento de instituir no arquivo um sentido, outros precisam ser abandonados.

Considerar tal contradição nos move a tomar o arquivo como um lugar discursivo de tensão tal como Pêcheux (1969 [1995]) pensou o discurso, como efeito, como curso de sentidos em trânsito que sempre latejam junto com o que não pode ou não deve ser dito. Por isso, como um lugar de impressão, de “cifragem das inscrições”, as forças dos arcontes (da autoridade, do poder, da ordem...) podem censurar, manipular e reprimir leituras, cortando a carne do arquivo, produzindo ajustamentos em relação a interesses e a poderes. A impressão, por sua vez, pode ser selecionada, memorizada, repetida ou ressignificada; dela fala Derida (2001, p. 22) como assegurada pelo arquivo que mantém relação com certa

exterioridade, pois não “há arquivo sem exterior”, sem um lugar que possa garantir as possibilidades de memorização, de re-produção e/ou de re(im-)pressão.

Pontuamos novamente que tal processo tem sua materialidade na/pela linguagem, já que o arquivo dá-se a materializar pela im-pressão do verbo, impressão que é um termo registrado na escrita freudiana. Apesar de Freud não conceituar arquivo como tal, descreve as contingências subjetivas de nossa percepção com vistas ao por-vir. Mais do que pela vontade, é pelo que é recalcado que a im-pressão ganha sua força e propicia um arquivo, pois “[...] os traços de lembranças mais intensos e duradouros são justamente aqueles que foram impressos por um processo que nunca chegou a alcançar a consciência” (FREUD, 1920 [2006, p. 140]). Derrida articula o arquivo também no registro do que falta, quando diz que o arquivo é hipomnésico:

[...] Pois o arquivo, se esta palavra ou esta figura se estabiliza em alguma significação, não será jamais a memória nem a anamnese em sua experiência espontânea, viva e interior. Bem ao contrário: o arquivo tem lugar em lugar da falta originária e estrutural da chamada memória (2001, p. 22).

Em psicanálise, desde Freud, falamos em registros, não só em termos da tópica (ainda mais com Lacan) e da dinâmica, mas levando em conta, ainda, o fator econômico dos processos psíquicos. A qualidade da impressão, a quantidade de excitação causada pela impressão e o espaço-tempo em que ocorrerão as

impressões irão se relacionar ao prazer e desprazer e aos modos como o sujeito irá dizê-lo e registrá-lo na/pela linguagem. Talvez por isso, a impressão também é descrita por Derrida (2001, p. 41) como uma inscrição “que deixa uma marca na superfície ou na espessura de um suporte”, o que nos possibilita um remetimento ao que Lacan descreve como a chuva significativa, metáfora criada pelo psicanalista francês para conceituar o modo como a voz do Outro marca a constituição do sujeito na posição de *infans*.⁵

Embora haja, quase sempre, a partir da impressão, o desejo de permanência e de eternização de um passado, não há como pensar numa fixidez do arquivo, já que existe um processo de apagamento (quase sempre) necessário para que ele seja renovado. Descrever o arquivo em sua totalidade, em sua completude, nos é impossível, pois suas probabilidades de descrição e de consignação envolvem também, e inevitavelmente, o controle e o encontro com o impossível, ou seja, com o real, conceito lacaniano capaz de definir o que sempre escapa. No que diz respeito a esse poder de interdição, Foucault (1969 [2002, p. 150]) aponta a impossibilidade de descrição de nosso próprio arquivo, dado que é no “interior de suas regras que falamos, já que é ele que dá ao que podemos dizer – e a ele próprio, objeto de nosso discurso – seus modos de aparecimento, suas formas de existência e de coexistência, seu sistema de acúmulo, de historicidade e de desaparecimento”.

Assim, de um lado, temos o desejo de memória, de estabilizar o passado, de congelar os dados e de projetar um porvir; de outro, instaura-se o desejo de exclusão, de destruição e de suspensão de um (outro) porvir – contradição interna que Derrida designa como “mal de arquivo”. Desse modo, o que Derrida (2001) articula como “mal de arquivo” aparece intimamente ligado à noção de pulsão de morte, que Freud (1920 [2006]) apresenta como uma hipótese de que haveria uma compulsão à repetição [*Wiederholungszwang*] que realmente ultrapassa o princípio do prazer, no sentido mesmo de suplantá-la por ser ainda mais elementar, arcaica e mais pulsional. A repetição, contudo, é necessária ao arquivo para a acumulação e capitalização da memória, mas pode também ser sua morte, seu enclausuramento como “violência arquivar” ou como “conservador” (DERRIDA, 2001, p. 17), que faz fixações, resistência, naturalizações.

Arquivo em dis-curso: a língua em movimentos

A espessura de recordações e esquecimentos, a pátina de fragmentos de letra e significantes, a rasura do que está em funcionamento no que se ausenta e do que aparentemente apagado subitamente emerge: o universo com a qual a psicanálise teve de se haver trabalha no binômio memória-esquecimento, saber-desconhecimento, repetição-deslocamento. Julgamos que, mesmo sendo

de outra maneira o tratamento dado a tais mecanismos – já que a relação psicanalítica se dá de um analisante com seu analista –, o arquivo está em (dis-)curso. Assim, se o arquivo existe é porque há, ao mesmo tempo e de forma contraditória, o aparecimento e apagamento, no dizer de Foucault, a memória dos acontecimentos⁶ e a destruição dos dados, como coloca Derrida (2001, p. 32):

Não haveria certamente desejo de arquivo sem a finitude radical, sem a possibilidade de um esquecimento que não se limita ao recalçamento. Sobretudo, e eis aí o mais grave, além ou aquém deste simples limite que chamam finitude, não haveria mal de arquivo sem a ameaça desta pulsão de morte, de agressão ou de destruição. Ora, esta ameaça é in-finita: ela varre a lógica da finitude e os simples limites factuais, a estética transcendental, ou seja, as condições espaço-temporais da conservação.

O arquivo faz aparecer, assim, “as regras de uma prática que permite aos enunciados subsistirem e, ao mesmo tempo, se modificarem regularmente. *É o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados*”⁷ (FOUCAULT, 1969 [2002, p. 150]).⁸ Como um sistema que rege o aparecimento e o funcionamento de enunciados como acontecimentos singulares, o arquivo se forma, pois, a partir das escolhas, sempre políticas. Nessa formação e transformação, o arquivo alia “a descrição das formações discursivas, a análise das positivities⁹, a demarcação do campo enunciativo” (FOUCAULT, 1969 [2002, p. 151]). Em outras palavras, “o arquivo designa uma (pré-)condição para a construção de uma arqueologia”¹⁰ (GALLI, 2008, p. 101).

Trazemos, aqui, a metáfora da Babel – trazida por Derrida em “Torres de Babel” – que também contempla a impossibilidade de finitude e de limite do arquivo, da memória, do discurso – os quais exibem “um não-acabamento, a impossibilidade de completar, de totalizar, de saturar, de acabar qualquer coisa que seria da ordem da edificação [...]” (DERRIDA, 1985 [2002, p. 11-12]) –, apontando para a diversidade, para a dispersão, enfim, para a ideia de “um [constante] sistema em desconstrução”. E assim parece ser o arquivo: uma Babel, sem começo exato e sem fim instituído; ora remete ao passado, fazendo emergir a memória; ora remete ao presente, em funcionamento; e ainda pode apontar para o futuro, em aberto. Esse porvir, coloca Derrida (2001, p. 48), é o que o “arquivo deveria pôr em questão”. Concordamos com o autor na medida em que, muito mais que e além de uma coisa do passado, o arquivo instaura uma organização outra:

[...] o arquivo aumenta, cresce, ganha em *autorictas*. Mas perde, no mesmo golpe, a autoridade absoluta e metatextual que poderia almejar. Jamais se poderá objetivá-lo sem um resto. O arquivista produz o arquivo e é por isso que o arquivo não se fecha jamais. Abre-se a partir do futuro (DERRIDA, 2001, p. 88).

Tal assertiva nos coloca diante do que poderíamos chamar de dobradiça do arquivo, em uma metáfora que nos permite pensar o dentro e o fora, o passado e o presente, a produção e o esfacelamento do arquivo. Explicamos melhor, a peça

de metal formada de duas chapas unidas por um eixo comum, e sobre o qual gira a porta, é a dimensão do que sustenta tanto a abertura quanto o fechamento de uma passagem; torcendo-a, ambos se estabelecem. Também o arquivo promove tais movimentos de passagem para o futuro, jogando tanto com o que está ali condensado, quanto com o que foi esquecimento ou impedido de estar ali. Estira-se o movimento e alarga-se o curso: assim, o arquivo é, em sua condição de gerúndio e de sempre estar sendo em condições históricas pontuais.

Derrida (2001) exemplifica isso ao fazer referência à casa de Sigmund Freud transformada em museu: documentos pessoais, cartas, anotações privadas do psicanalista passaram a se tornar atração turística aberta à visitação pública. Tal passagem não poderia acontecer de modo inteiro, visto que é constituída por cortes, escolhas, seleções e descarte de certos materiais, ou seja, mostrar alguns sentidos de/sobre a moradia do fundador da psicanálise corresponde a silenciar outros. E ainda, na leitura de cada um diante deste arquivo freudiano, um outro arquivo é tecido particularmente, uma leitura solitária que guarda impressões, sofre recalcamientos, que se enovela ao arquivo construído do sujeito até ali (estrutura) em encontro com o novo arquivo-moradia (acontecimento), uma interseção entre passado e futuro. O fato é que, da casa de Freud, fica a anotação para problematizar o quanto de falta (de recalque) impera no arquivo que tenta driblar o lacunar e inscrever

uma totalidade ilusória. O arquivo não com-porta tudo, tampouco está em sua ordem o fato de tudo nele poder guardar; há ainda uma condição estrutural de todo arquivamento que, como vimos anteriormente, precisa ser levada em consideração, a não-neutralidade do que é retido como efeito de verdade.

A perturbação do arquivo deriva de um mal de arquivo. Estamos com mal de arquivo (en mal d'archive). Escutando o idioma francês e nele, o atributo “em mal de”, estar com mal de arquivo, pode significar outra coisa que não sofrer de um mal, de uma perturbação ou disso que o nome “mal” poderia nomear. É arder de paixão. É não ter sossego, é incessantemente, interminavelmente procurar o arquivo onde ele se esconde. É correr atrás dele ali onde mesmo se há bastante, alguma coisa nele se anarquiza. É dirigir-se a ele com um desejo compulsivo, repetitivo e nostálgico, um desejo irreprimível de retorno à origem, uma dor da pátria, uma saudade de casa, uma nostalgia de retorno ao lugar mais arcaico do começo absoluto (DERRIDA, 2001, p. 118).

Está posto, no recorte acima, o desejo de remontagem ao todo, algo inacessível ao humano, visto que recuperar o começo absoluto do arquivo (e dos atos de linguagem) é-nos completamente impossível. Por isso, criar um arquivo e restituir-lhe um corpo material conta sempre com a instância do limite, já que muitos documentos (e tantos dizeres) escapolem na medida em que outros se somam encadernados no âmbito institucional. Concordamos com o autor francês (DERRIDA, 2001, p. 81) quando formula que o morto sustenta o arquivo, apresentando o exemplo da voz gravada na secretária eletrônica que faz sobreviver o que, em

um tempo anterior, seria uma presença viva, mas agora já não é mais, já que se trata de uma voz “que não responderá mais” e que permanece na repetição e no apagamento como filamentos aguçados de uma re-presença. O morto e também o que não pôde estar vivo sustentam o arquivo em seus traços incompletos e fugidios, instalando sempre um avesso e uma ausência.

Tudo isso nos permite estabelecer um diálogo com Pêcheux (1982 [1997, p. 57]), para quem arquivo é campo discursivo lacunar, não-todo e datado sócio-historicamente, ou seja, “entendido no sentido amplo de ‘campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão’”. Campo a ser lido e tratado no movimento discursivo aqui já explicitado de dizer e silenciar, arquivar e deixar escorrer dizeres pelas frestas do esquecimento; por isso, continua ele “[...] há, entretanto, fortes razões para se pensar que os conflitos explícitos remetem em surdina a clivagens subterrâneas entre maneiras diferentes, ou mesmo contraditórias, de ler o arquivo” (p. 57). Entender clivagem como metáfora de uma propriedade física, por meio da qual os cristais fragmentam-se e produzem várias faces possíveis para o mesmo cristal, nos convoca a tomar o arquivo como feixe supostamente homogêneo e inteiro de um campo de documentos heterogêneos e incompletos, que sempre se ramificam em possíveis e diferentes possibilidades de leituras.

São tais filamentos fragmentados nesse e, sobretudo, desse campo e docu-

mentos que permitem a compreensão de que algo funciona (no arquivo) para além do literal, para além da leitura autorizada pelas instâncias oficiais de arquivos, para além da ordem do repetível. Por isso, um trabalho conceitual e analítico com o arquivo “consistiria em marcar e reconhecer as evidências práticas que organizam estas leituras, mergulhando a ‘leitura literal’ (enquanto apreensão-do-documento) numa ‘leitura’ interpretativa” – que já é escritura”. Continuando, o autor coloca que, desse modo, “começaria a se constituir um espaço polêmico das maneiras de ler, uma descrição do ‘trabalho do arquivo enquanto relação do arquivo com ele-mesmo, com uma série de conjunturas, trabalho da memória história em perpétuo confronto consigo mesma” (PÊCHEUX, 1982 [1997, p. 57]). Não nos coloca esse teórico em uma posição confortável, mas visga o nosso olhar para a compreensão do se dá em surdina, no eixo do subterrâneo, na esfera das clivagens, no enquadra da polissemia, onde os sentidos – de arquivo – sempre estão prontos a escapar e serem outros.

Nesse sentido, vale um aparte de que Derrida, Foucault, Freud e Lacan também tocaram, cada um ao seu modo, a mesma condição errante e fugidia com que Pêcheux sustenta seu pensamento, ressaltando que esse último teórico produziu o trabalho radical de conceituar e desafiar-se a contestar suas próprias assertivas, de modo a transpirar um inquietante pensamento científico, no qual a errância comparece como professora mestra. A propósito, também Lacan e

Freud inscreveram-se nesse lugar sinuoso e tenso de produzir mudanças de rumo em suas teorias. Sobre o arquivo, em um de seus últimos textos, ele indica: “trabalho do pensamento em combate com sua própria memória, que caracteriza a leitura-escritura do arquivo, sob suas diferentes modalidades ideológicas e culturais, contra tudo o que tende hoje a apagar este trabalho” (PÊCHEUX, 1982 [1997, p. 64]. Entender, ler e trabalhar com a constituição, produção e circulação de arquivo(s) sustenta-se pelo processo ideológico que faz parecer evidente que se diga de um modo e não de outro (PÊCHEUX, 1969 [1995]), que se organize os textos de uma dada maneira, não de outra, enfim, que se tenha um arquivo à mostra e não outro.

Por isso, inferimos que a cada arquivo instituído correspondem muitos outros que deixaram de estar ali; efeito da ideologia e da historicidade na língua tal como o próprio autor postula: “É esta relação entre língua como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a discursividade como inscrição de efeitos lingüísticos materiais na história, que constitui o nó central de um trabalho de leitura de arquivo” (PÊCHEUX, 1982 [1997, p. 63]. Para tal, é preciso tomar a materialidade da língua – ou da língua(gem), algo que também teve sutis entradas nos estudos dos outros teóricos aqui mobilizados –, que ordena, arquiva e inscreve possibilidades de cálculo, visto que o próprio Pêcheux o disse: “A materialidade da sintaxe é realmente o objeto possível de um cálculo”. No entanto, essa

mesma língua é um ritual com falhas e de esburacamentos, nutre-se do que dela é tropeço e furo; daí “simultaneamente ela escapa [...], na medida em que, o deslize, a falha e a ambigüidade são constitutivos da língua, e é por aí que a questão do sentido surge do interior da sintaxe” (PÊCHEUX, 1982 [1997, p. 62]). Isso nos coloca diante da tentativa de o sujeito restituir um efeito de completude na/com a língua, ao mesmo tempo em que tal empreitada fracassa visto que o sentido sempre pode escapar e “ser outro” (ORLANDI, 1996, p. 64). O mesmo observamos em relação ao arquivo, que, ao fincar um começo e um comando para a institucionalização de dizeres, esbarra no furo do que não pôde ser dito ou ali guardado. Discursivamente, entendemos que o arquivo tenta restituir um efeito de inteireza a partir da saturação de certos sentidos e, ao fazê-lo, põe em estado de exclusão uma série de e campos de dizer tidos como marginais, relegados ao esquecimento, à interdição ou a outros movimentos de inscrição. Diga-se de passagem que o que não pode ser dito de um modo o é de outro, ou melhor, o que não pôde ser guardado em um arquivo oficial, não deixou de existir ou de ser (bem)dito, apenas pulsa de outro modo.

Algumas impressões, ainda...

A noção de arquivo que aqui abordamos – a partir de Derrida, Foucault, Pêcheux, Freud e Lacan –, como apon-

tado ao longo do texto, foge da definição tomada (quase sempre) no senso comum, na medida em que contempla a não-permanência, a não-plenitude, a impossibilidade de fechamento e de totalização. Na contramão dessas características, o arquivo nos reserva, pois, o aparecimento (des)ordenado dos dados, o silenciamento de dizeres, a multiplicidade de outras vozes, enfim, o arquivo, como “repositório dos sentidos, [...] alternando um movimento necessário que vai oscilar entre presença e ausência, entre lembrança e esquecimento” (FERREIRA, 2008, p. 22), é campo aberto e desnudado para a falta e o impossível, aquele “mal de arquivo” de que já falamos antes.

Desse modo, o arquivo não é visto como um conjunto de “dados” objetivos dos quais estaria excluída a espessura histórica, mas como uma materialidade discursiva que traz as marcas da constituição dos sentidos. O material de arquivo está sujeito à interpretação e, mais do que isso, à confrontação entre diferentes formas de interpretação e, portanto, não corresponde a um espaço de “comprovação”, onde se suporia uma interpretação unívoca (NUNES, 2005, s.p.).

De nosso ponto de vista, o que sustenta a condição do arquivo é a linguagem, que, de “natureza fragmentada, dividida contra ela mesma”, se alterada, perde sua transparência primeira (FOUCAULT, 1966 [1999, p. 49]). Entendemos a língua, então, como efeito de opacidade e incompletude, e justamente por não ser toda nem apresentar garantias de completude, os sujeitos tendem a continuar a dizer e a se movimentar com ela, tecendo sempre o inesperado. Esta

condição sustenta gestos tão frequentes na atualidade de valorização de arquivos (os eletrônicos mais do que outros), de recuperação e preservação de memórias orais em instituições tidas como arquivo reconhecido e de inquietação diante da instabilidade e da provisoriedade de arquivos eletrônicos. O culto ao arquivamento, a preocupação com a guarda tem hoje seu excesso medido justamente porque algo falta, é da ordem do “mal de arquivo” e nos escapa a cada (nova) tentativa de produção e organização de campos de documentos.

Em interlocução com a psicanálise, sinalizamos que os mesmos movimentos podem ser anotados aqui. Quanto mais a ciência aponta um suposto controle dos processos vitais por meio da microbiologia, genética e farmacologia, mais irrompem fissuras na carne e na estrutura psíquica dos sujeitos, impedidos de desejar e de dizer de seus desejos. Não iremos avançar na direção de fundamentar como isso se dá a ver na contemporaneidade, mas ressaltamos que, como na língua e no arquivo, o sujeito do desejo e do inconsciente também lida com o furo, com os impedimentos e as impossibilidades de completude, escancarados nas/pelas novas patologias. Língua, arquivo e inconsciente, então, entrelaçam-se conceitualmente no que tentamos discutir aqui. E é, pois, no jogo (incerto) da linguagem que se dão as leituras e as interpretações do/sobre o arquivo sobre o inconsciente, a emergência dos possíveis e impossíveis sentidos, dada a hetero-

geneidade do sujeito, que em “cada eco leva uma voz... decanta em cada canto... que só por um momento será...” Essas são, no momento, as nossas impressões, provisórias e incompletas como cabe à condição do que é humano.

Archive on the scene:
“im-pressures” reading on the
subject

Abstract

This article presents a theoretical discussion about the concept of the archive, from readings dealing – directly or indirectly – to question, more specifically the works of authors such as Derrida, Foucault, Pêcheux, Freud and Lacan. Considering the rather peculiar approach to each of them, emphasize that our proposal is configured so as to include the points of contact between the treatments given by the authors on the concept of the archive. In the interstices of this tentative approach – without neglecting the tangibility – bring our “im-pressures” (marks, inscriptions, incisions) read about the archive, with the language and its discursive materiality as a thread of this discussion. With the archive in (dis)course, we point his evidence of movement, of the condition of existence: the brand’s master archive is to bear traces of the past and the possibility of a come-on, the constant tension of the historical contradiction that is the movement to elect/remove senses, perpetuate/mute other – a well and an evil archive on the scene.

Key words: Discourse analysis. Archive. Memory.

Notas

- ¹ Destacamos que, para falar de arquivo, Derrida utiliza o termo “impressão”, em vários sentidos, tais como: i) impressão como inscrição, como uma impressora que permite a reprodução ou a repetição; b) impressão como algo vago, impreciso e indefinido; c) impressão como marca da cultura, como um “rastro de uma incisão diretamente na pele” (2001, p. 33).
- ² Freud elaborou um esquema sobre o “aparelho de linguagem” em uma monografia sobre as afasias, em que teorizou, dentre outras coisas, sobre a diferença entre representação-de-coisa e representação-de-palavra ([1891] 2006), fundamental para compreendermos depois o que Lacan trabalhou ao longo de seus seminários, e especialmente em seu Discurso de Roma ([1953] 1998), instaurando de vez a hiância entre estas representações, fundando o real como uma “verdade que não diz sua última palavra” (p. 271).
- ³ A cadeia significante é uma “articulação temporal de um signo com outro no eixo das oposições, ou eixo sintagmático” (KAUFMANN, 1996, p. 73), em que os signos adquirem seu valor em uma relação dialética, a posteriori e por retroação na fala. Para Lacan, nesta relação encadeada, a supremacia significativa sobre o significado adquire seu valor e faz cintilar o desejo na rede significante, que possibilita que um sujeito seja representado por um significante a outro significante, princípio da metáfora paterna.
- ⁴ “A concepção lacaniana do significante implica uma relação estrutural entre o desejo e o “grande Outro”. Essa noção de “grande Outro” é concebida como um espaço aberto de significantes que o sujeito encontra desde seu ingresso no mundo; trata-se de uma realidade discursiva de que Lacan fala no Seminário 20; o conjunto dos termos que constituem esse espaço remete sempre a outros e eles participam da dimensão simbólica margeada pelo imaginário. A instância imaginária do eu se forja em função do que faz falta no Outro” (KAUFMANN, 1996, p. 385).
- ⁵ Ao nascer, o bebê é banhado pelos significantes com os quais a mãe deseja (pode ou deve) tecer um artesanato de dizer sobre ele; assim, o bebê é contornado por sentidos que lhe são atribuídos pelo desejo desse outro aos quais está preso, vinculado e dependente. Desse modo, o arquivo de dizeres delineado pelo Outro contorna as bordas do corpo do *infans*, promove um arquivo de sons que posteriormente serão tramados pelos significantes que farão sentido para esse sujeito, organizando “como cadeia sinuosa... esse coração falante que chamamos de o inconsciente” (LACAN apud KAUFMANN, 1996, p. 474).
- ⁶ Entendemos o “acontecimento” como a inserção da materialidade em determinadas condições histórico-sociais; ele “produz-se como efeito de e em uma dispersão material” (FOUCAULT, 1971 [2003, p. 57-58]).
- ⁷ Destacamos, a partir de Foucault, que o conceito de “enunciado” não se restringe ao verbal: “Um enunciado pertence a uma formação discursiva” e cada um deles

“ocupa aí um lugar que só a ele pertence” (1969 [2002, p. 135, 138]).

⁸ Grifos do autor.

⁹ Segundo Foucault (1969 [2002, p. 146]), “a positividade desempenha o papel do que se poderia chamar um a priori histórico”.

¹⁰ O termo “arqueologia” está no título de três obras: *Nascimento da clínica. Uma arqueologia do olhar médico* (1963), *As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas* (1966), *A arqueologia do saber* (1969). A partir do início dos anos 70, Foucault adota o conceito de “genealogia” (nietzschiana), em substituição ao termo “arqueologia” (REVEL, 2005, p.16).

Referências

DERRIDA, J. (1995). *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Trad. de Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

_____. (1985). *Torres de Babel*. Trad. de Junia Barreto. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2002.

DIDIER-WEILL, A. *Lacan e a clínica psicanalítica*. Trad. de Luciano Elia. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

FERREIRA, M. C. L. A ciranda dos sentidos. In: GASPARD, N. R.; ROMÃO, L. M. S. (Org.). *Discurso e texto: multiplicidade de sentidos na ciência da informação*. São Carlos: EDUS-FCar, 2008.

FOUCAULT, M. (1971). *A ordem do discurso*. Trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. (1969). *A arqueologia do saber*. Trad. de Luiz F. B. Neves. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. (1966). *As palavras e as coisas*. Trad. de Salma T. Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FREUD, S. (1891). Zur Auffassung der Aphasien, Wien. Apud: O inconsciente (1915) In: *Escritos sobre a psicologia do inconsciente, volume II: 1915-1920*. Coord. geral da tradução Luiz Alberto Hanns. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. (1920). Além do princípio do prazer. In: *Escritos sobre a psicologia do inconsciente, volume II: 1915-1920*. Coordenação geral da tradução Luiz Alberto Hanns. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2006.

GALLI, F. C. S. (2008). *(Ciber)espaço e leitura: o mesmo e o diferente no discurso sobre as “novas” práticas contemporâneas*. Campinas. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) - Unicamp/IEL.

KAUFMANN, P. *Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan – Primeiro grande dicionário lacaniano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

LACAN, J. (1957). A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: *Escritos*. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. (1971). *O seminário, livro 18: de um discurso que não fosse semblante*. Texto estabelecido por Jacques Alain-Miller. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

NUNES, J. H. Leitura de arquivo: historicidade e compreensão. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 2, 2005, Porto Alegre. *Anais eletrônicos...* Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <http://www.discurso.ufrgs.br/sead2/doc/interpretacao/Jose_horta.pdf>.

ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento - as formas do discurso*. Campinas: Pontes, 1996.

PÊCHEUX, M. (1969). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1995.

_____. (1982). Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Gestos de leitura*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et. al. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.

REVEL, J. (2005). *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz.